



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: EDIR SALES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 16 de junho de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Manifestação do público

21862

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21862** DATA: **16/06/2026** FL: **1 DE 47**

fls. 4

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Boa noite a todos e a todas.

Vamos começar a nossa audiência pública. Presidindo a Comissão de Administração Pública, declaro abertos os trabalhos da 3ª Audiência Pública do ano de 2026, convocada para hoje, dia 16 de junho de 2026.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo YouTube e pelo Facebook.

Marcaram presença as Vereadoras Amanda Vettorazzo, do União Brasil e Edir Sales, que é Presidente desta Comissão e deveria estar aqui. Como foi o nosso mandato que fez o pedido para esta audiência pública, S.Exa. preferiu que eu a presidisse neste momento e mandou um abraço a todos e a todas.

A audiência pública tem como pauta as diretrizes e boas práticas para a gestão de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, conforme Requerimento Adm nº 3, de 2026, de autoria do Vereador Professor Toninho Vespoli, aprovado em reunião ordinária no dia 15 de abril de 2026.

Vamos compor a Mesa. Vou chamar todos os que foram convidados. Foi convidada a Sra. Eliana Gomes, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, que vai ser representada pela Sra. Bárbara de Araújo, de forma *on-line*.

Sra. Bárbara, está nos escutando?

A SRA. BÁRBARA PICIRILLI DE ARAÚJO – Estou.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Sra. Bárbara, pela sua presença.

Foi convidada a Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, Secretária Municipal de Gestão. Alguém representa a Secretária? (Pausa) Foi convidado o Sr. Paulo Frange, Secretário Municipal da Casa Civil. Alguém representa o Secretário? (Pausa) Foi convidado o Sr. Eduardo Brasileiro de Carvalho, Diretor de Parcerias com a Sociedade Civil da Secretaria Geral da Presidência da República.

O SR. EVANDRO NONATO VERDE DE SOUZA – Boa noite. Aqui, é o Evandro. Estou representando a Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Evandro, pela sua presença.

Foram convidados: a Sra. Aldiza Soares da Silva, Secretária Executiva da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração da Secretaria-Geral da Presidência da República; o Sr. Aguinaldo Lima, Conselheiro do Confoco Nacional e representante da Cáritas; e a Sra. Nazareth Cupertino, do FAS, que não sei se chegou. Ela estava lá embaixo, na fila, para entrar. Parece que há uma fila. Assim que chegar, comporemos a Mesa com a Sra. Nazareth.

À Mesa, cada um vai ter em torno de cinco minutos para sua fala inicial. As pessoas que queiram falar vão ter três minutos. Já podem fazer suas inscrições aqui, no canto, as organizações que queiram falar.

Na verdade, esta é a segunda reunião. Nós fizemos uma reunião um tempo atrás e já foram levantadas várias questões, das necessidades das OSCs. Eu, inclusive, tenho visitado bastantes entidades e percebemos algumas dificuldades, que eu acho que acabam perpassando todas. A maior delas é a questão do valor do repasse, que às vezes é insuficiente para dar conta de um atendimento de qualidade.

É também para discutir um pouco a questão do decreto que regulamentou a OSC, de 2016, porque já se passaram dez anos e percebemos que há algumas lacunas. Podemos colaborar com a Administração Municipal, de repente, oferecendo algum tipo de proposta, para que consigamos atualizar o decreto, para o fortalecimento das OSCs.

Então, é essa, um pouco, a intenção desta audiência pública. A intenção é que façamos isso de uma maneira mais permanente. Fizemos isso mais ou menos há dois meses. Não é, Sr. Eduardo? Foi em 19 de março. Estamos aqui agora, mas que continuemos nesse processo, para conseguir também dirimir as dificuldades das OSCs.

Outra questão chegou, Sr. Eduardo – e eu acho que é um pouco com vocês. Eu até me esqueci de falar isso com vocês, mas uma coisa que também tem chegado ao gabinete é que, às vezes, nos editais federais, as OSCs pequenas não têm a formação para conseguir fazer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 3 DE 47

fls. 6

todo o processo e disputar esses recursos. Quando há esse tipo de curso, é muito caro para as OSCs, principalmente as pequenas e as médias. Que pudéssemos, em algum momento, pensar sobre como conseguir incorporar as pequenas e médias, para que também possam disputar de igual para igual esses recursos com as OSCs mais estruturadas. Então, isso também fica no nosso radar, para discutirmos.

Agora, o primeiro a fazer uso da palavra é o Sr. Eduardo Brasileiro, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO BRASILEIRO DE CARVALHO – Boa noite a todas as pessoas.

Eu sei que é uma noite fria na cidade de São Paulo e o primeiro diálogo que nós fizemos em março na Câmara dos Vereadores foi lá fora. Como é o nome daquela ágora, que existe ali? Foi um frio danado lá, também, mas hoje temos a felicidade de estar neste espaço bem quentinho, para, pelo menos, aquecidos pelo ambiente, podermos aquecer este debate.

Esta audiência pública é fruto da pressão das Organizações da Sociedade Civil para o fortalecimento do cenário regulatório das organizações com o município, mas também é importante para as organizações conhecerem o cenário regulatório em nível nacional. Por isso, há a nossa presença, da Secretaria-Geral da Presidência.

Desde que nós assumimos a nossa missão, com o Governo do Brasil na Rua, de dezembro do ano passado até agora, neste mês de junho, nós temos feito uma série de escutas das Organizações da Sociedade Civil, por todo o Brasil. Todos os municípios mostram profundo desafio de fortalecimento, para que as organizações tenham segurança jurídica, segurança financeira e espaço de participação para escutar as suas demandas.

Há o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, que a Aldiza vem representando, como Secretária Executiva, bem como o Aguinaldo, como Conselheiro, representando a sociedade civil. Essa discussão que o Marco Regulatório causou desde 2016, com o seu decreto regulamentador, foi justamente para que nós fortalecêssemos um cenário institucional para as organizações.

Em nível nacional, essa discussão foi interrompida de 2017 a 2022. Aí, a gente volta em 2023, com o desejo de fortalecer mais esse conselho das organizações, mas, além disso,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 4 DE 47

fls. 7

fortalecer todas as estruturas de participação e fortalecer os cenários de boas práticas de gestão de políticas públicas entre o Estado e a sociedade.

O Vereador Professor Toninho Vespoli mencionava essa demanda das organizações, que é melhorar os editais. Aí, nós falamos: há muitas boas práticas de gestão de parcerias pelo Brasil, mas elas estão no nosso município? Elas estão sendo executadas? A gente está trabalhando na esfera de compreender isso como parceria entre Estado e Organizações da Sociedade Civil ou, ainda, a gente reproduz práticas de desconfiança e de prejuízo financeiro para as organizações?

Então, a gente reconhece isso e o Marco Regulatório, de 2016 para cá, também é esse marco de uma nova cultura para a gestão de parcerias com a sociedade civil, mas ele tem dez anos. Nesses dez anos, com muitas interrupções em nível nacional, a gente precisa escutar vocês, para conseguirmos entender quais são esses desafios.

Sabendo disso, nós realizamos, no dia 19 de março, na Câmara dos Vereadores, essa escuta. Dessa escuta nós estamos gerando uma série de respostas às organizações que aqui conosco estiveram. Inclusive, eu gostaria até de perguntar: quem daqui esteve naquele diálogo, em 19 de março, lá fora, que a gente fez ali, naquela ágora? Ah, é uma minoria. É muito interessante isso. A gente até pensou que voltariam as organizações que conosco estiveram, porque desse diálogo nós tiramos algumas respostas.

A primeira resposta foi criarmos um grupo para acesso das organizações a editais federais, para que a gente mande com frequência os editais. Outra foi de informações do que a gente tem avançado com as organizações, como por exemplo, com a Defensoria Pública do Estado, criando um protocolo de intenções para que a Defensoria ofereça serviço jurídico para as organizações. Até a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado está em diálogo conosco. Nem sei se a Amanda Oliveira está por aqui. Está ali? Ah, não. É a OAB, mas está por aqui o pessoal da Defensoria.

Então, nós fomos criando respostas às organizações para fortalecer esse ecossistema das organizações e a sua vida dentro do município, porque as organizações, além

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 5 DE 47

fls. 8

de promoverem políticas públicas, formulam e executam planos de trabalho. Elas necessitam de cada vez mais segurança, vindo de uma cultura que a gente precisa estabelecer nos nossos municípios e em nível federal e estadual.

O debate aberto pelo Vereador Professor Toninho Vespoli nesta audiência é para que a gente possa fortalecer consensos do que é o horizonte que as Organizações da Sociedade Civil querem no município e fortalecer também aquilo que nós podemos estrategicamente estabelecer, de diálogo republicano, com a Prefeitura da cidade de São Paulo, com o Governo Federal, aqui representado por nós dois, a Aldiza e eu, e com vocês, como sociedade civil, dizendo como vocês se observam e querem também se articular entre si para as demandas que são necessárias, reconhecendo que o problema de um é problema de muitos, porque se reproduzem práticas e formas de se estabelecer esse diálogo.

Por isso, a gente está aqui, Vereador Professor Toninho Vespoli, e a gente agradece a oportunidade de esta Comissão de Administração Pública nos abrir a palavra e nos dar a possibilidade de dialogar com a sociedade civil, para aumentarmos e melhorarmos esse diálogo. Vocês vão ver pelas falas que a gente vai ter aqui, tanto da sociedade civil quanto dos representantes do conselho em nível nacional, o quanto a gente pode fazer, unidos para melhorar esse cenário das organizações e fortalecer uma rede de organizações, que melhoram as parcerias no município e qualificam o debate público e a execução de políticas públicas.

Para finalizar, para passar para o Vereador Professor Toninho Vespoli, nesse último mês nós ficamos muito dedicados a mobilizar as organizações para um edital – que a gente está entendendo que tem sido uma boa prática –, executando prêmios na Secretaria-Geral da Presidência, mas também, por exemplo, para um edital que a gente chama de Juventude Solidária, que é justamente para efetivar cada vez mais o voluntariado da juventude. É pagar para a juventude, para que seja voluntária. É oferecer uma bolsa para que a juventude seja voluntária nas Organizações da Sociedade Civil e oferecer um subsídio para as organizações, para acompanharem. Nós tivemos 3.500 organizações inscritas para esse edital do Juventude Solidária. Agora, começam as inscrições das juventudes, para elas trabalharem para essas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 6 DE 47

fls. 9

organizações.

São formas de fortalecer as organizações e temos muitos exemplos que a gente já conseguiu alcançar, mas nem sempre as organizações ficam sabendo. Então, é muito importante esse diálogo. Até passou um grupo de WhatsApp aí, para vocês, um QR Code, que é justamente esse diálogo que a gente quer estabelecer, a partir da Secretaria-Geral da Presidência da República, com vocês, para informações em nível federal, boas práticas que a gente está planejando, neste ano em que a gente encerra uma gestão. A gente quer fazer algumas entregas importantes para as organizações se fortalecerem.

É isso, Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Eduardo. Agora, nós vamos escutar a Sra. Aldiza Soares.

A SRA. ALDIZA SOARES DA SILVA – Boa noite, pessoal. Tudo bem? Primeiramente, eu quero agradecer a todas as pessoas que se dispuseram a estar aqui, com a gente, nesta audiência pública. Agradeço ao Vereador Professor Toninho Vespoli pela oportunidade na Câmara, para podermos fazer esse diálogo.

Por que é que o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração está por aqui, com o Eduardo, com o Vereador, com o Aguinaldo e com os representantes da Administração Pública Municipal? Alguém já ouviu falar desse conselho, do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração? Poucas pessoas, não é?

Então, primeiramente, quero falar de onde ele surgiu, porque ele não é um conselho setorial. É um conselho transversal e ele está previsto dentro da Lei 13.019. Alguém já ouviu falar da Lei 13.019? Então, a maior parte, não é?

É uma lei que vem estabelecer um regime jurídico adequado e apropriado às relações da Administração Pública com as Organizações da Sociedade Civil e, dentro dessa lei, existe a previsibilidade de se estabelecer esse espaço de participação social para o fortalecimento dessas relações de parceria. Como essa lei se aplica à União, a estados e a municípios, ela também se aplica ao município de São Paulo, que tem a sua regulamentação datada de 2016.

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 7 DE 47

Portanto, na regulamentação municipal não há essa previsão.

Então, a primeira provocação que a gente faz é: por que o Conselho Nacional está vindo falar disso? Porque dentro das competências estabelecidas no normativo que regulamenta o Conselho Nacional está a contribuição aos entes federados para instituir o conselho estadual ou municipal de fomento ou espaços congêneres. A gente está cumprindo uma competência nossa.

A segunda competência que nos faz estar aqui é convocar a sociedade civil para a revisão dos atos normativos que estabelecem essas relações de parceria. Então, por exemplo, o Decreto Federal 8.726 já sofreu duas revisões. Uma foi de sua estrutura, porque houve uma mudança na Administração Pública Federal. A segunda revisão foi de competência.

Aqui, existe, já, um decreto, que data de dez anos atrás, e a gente está dialogando com vocês, para entender: esse decreto está *ok*? Ele está sendo aplicado da forma com que ele foi estabelecido? A gente já observou que não há o conselho. Não há essa previsão. Então, a audiência pública é para ouvir vocês. Não é, Vereador? A aplicação desse decreto municipal está atendendo à demanda do dia a dia das Organizações da Sociedade Civil, parceiras da Administração Pública, para a execução de políticas públicas? Essa é a pergunta que a gente está se fazendo na noite de hoje e, quando se abrir a fala a vocês, é sobre isso que a gente quer ouvir.

Outra competência do próprio Confoco é ajudar na interpretação da Lei 13.019 e na sua aplicabilidade, para que ela seja – não sei se esta é a melhor palavra – respeitada na sua essência. Ela foi uma lei criada com a participação social e nada é melhor do que ter a participação social na sua revisão. Aí, trazendo esse cenário, a grande expectativa da Presidência da República, é ouvir de vocês: como é que estão essas relações do município? Como a gente pode fazer para que, com a participação da sociedade civil, a gente estabeleça esse diálogo, para essa revisão?

Atualizando vocês, onde nós temos o Conselho de Fomento e Colaboração instalados? Nós temos o Conselho Nacional. Nós o temos nos estados da Bahia, do Acre e de

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 8 DE 47

Minas Gerais, bem como no município de Belo Horizonte. Agora, vou ter que usar minha colinha, porque nós estamos em articulação em vários estados: Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Esses são os estados. Por exemplo, o Rio Grande do Norte já tem a lista das organizações e está naquele prazo recursal antes da posse. Então, existem estados mais e menos avançados. Estamos nos municípios de Montes Claros, Contagem, Diamantina e Salvador.

Então, o pedido fica: que a gente possa avançar nesse diálogo com vocês e entender como está a aplicação e como estão essas relações de parceria. Eu digo sempre: o principal objetivo são as cidadãs e os cidadãos brasileiros do município de São Paulo. Não é, Eduardo? Que as políticas públicas cheguem adequadamente e com a celeridade de que se precisa para que o direito dessas pessoas seja atendido. Eu quero deixar esse recado para vocês e dizer que é uma gratidão muito grande.

Nós, da Presidência da República, estamos à disposição de vocês nessa caminhada. Estamos juntos. É fruto desse diálogo que já começou. Ele não se encerra. É uma continuidade, para que a gente possa melhorar o ambiente institucional e jurídico dessas relações de parceria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sra. Aldiza. Inclusive, já foi feita uma formação sobre a Lei 13.019 e para a elaboração de projetos que foram feitos há dois meses. As pessoas que entrarem no grupo de WhatsApp, terão informações, porque irão fazer a mesma formação no dia 24 desse mês. Ainda faltam quatro horas de formação. Ali, vão passar o endereço e as pessoas vão poder se inscrever. As informações estão no grupo de WhatsApp. O Eduardo está cochichando ao meu ouvido, que será na quarta-feira que vem, dia 24.

O próximo a colaborar com essa discussão é o Sr. Aguinaldo Lima, Conselheiro do Confoco Nacional.

O SR. AGUINALDO LUIZ LIMA – Boa noite a todos. É um privilégio estar aqui. Eu sou de São Paulo, agradeço o convite e parablenizo o Vereador Toninho Vespoli por abrir esse

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 12

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 9 DE 47

espaço nesta Casa. A Casa do Povo. É muito importante estarmos discutindo sobre as parcerias, principalmente, sobre as organizações.

Eu represento a Cáritas Brasileira, organização ligada à Igreja Católica, no Confoco Nacional. Então a Cáritas Brasileira acompanha essa discussão de se ter um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, desde os anos 2000, mais ou menos, e tomou corpo a partir 2010, com a plataforma das Organizações da Sociedade Civil.

Quero agradecer o Eduardo, da Diretoria de Parcerias, que trouxe esse debate e leva o debate para o Brasil inteiro sobre como podemos ampliar essa discussão entre os entes públicos e a Sra. Aldiza, parceira nossa no Confoco.

Tivemos uma conquista na retomada, a partir de 2023, da discussão nacional do Marco regulatório; conseguimos implantar um Conselho Nacional; retomar uma agenda que estava parada; alinhar os entendimentos sobre a legislação que tínhamos desde 2014, que entrou em vigor em 2016; tivemos avanços com a revisão dos decretos, como a Sra. Aldiza disse. Também foi publicado o Manual do MROSC. Todos conhecem esse Manual Nacional? Vocês, já tiveram acesso a esse manual? Há alguns exemplares aqui, mas também está disponível na *internet*.

Por que é importante a conquista desse Manual? Porque ele alinha entendimentos nacionais sobre esse tema de parcerias e, com isso, ele é validado, não só pelos órgãos da Administração Federal, mas também pela Advocacia-Geral da União. Isso traz mais tranquilidade e um ambiente regulatório precisa ter uma certa regularidade.

Trazendo a discussão dessa audiência, que completa 10 anos o Decreto Nacional, mas também vai completar 10 anos, o nosso Decreto Municipal. E com isso quero dizer que alguns de nós que estão nessa sala, participamos da construção desse Decreto há 10 anos, inclusive nesse espaço, aqui no 8º andar. Discutimos muito, não só entre nós, mas com a Administração Pública, com gestores públicos. É uma agenda ampla de debates.

Que possamos estar inaugurando esse momento de retomar esse diálogo para a construção de um decreto que tem que ser dialogado. Não dá para alguém de um gabinete, de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 13

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 10 DE 47

uma Secretaria, pensar num decreto como esse sozinho, porque ele afeta muitas pessoas. Há decreto que acaba afetando apenas alguns segmentos, mas esse decreto afeta o cotidiano de muitas organizações. E revisitá-lo, nos ajuda a atualizar, 10 anos depois, novos desafios que acontecem nas parcerias.

Não conhecíamos a Lei 13.019 e nós estamos há 10 anos executando a 13.019. E a pergunta é: estamos executando plenamente como sonhamos que deveria ser essa legislação? Uma coisa é a legislação nacional, outra coisa é executar, num município como São Paulo, com tantas parcerias, tantas organizações e tantos recursos que ela faz girar.

Nessa fala inicial, disse o quanto é importante — estava mostrando ao Eduardo um *e-mail* que resgatei aqui, de quando saiu o decreto para consulta pública, em outubro de 2016. O decreto foi publicado em dezembro de 2016.

Temos uma oportunidade. Acredito que algumas organizações e pessoas que atuam hoje precisam também revisitar esse tema. Falo como Organização da Sociedade Civil: precisamos retomar o debate entre nós, entre nossas organizações.

Com isso, demos um passo este ano — nós organizamos um seminário. Falo "nós" como representante de algumas organizações: o Vicariato da Caridade Social, o Instituto Claret — o Clodoaldo está aqui também —, o Instituto Redes — o Serginho também está presente — e o Centro Assunção. Realizamos um seminário com o objetivo de discutir as parcerias de colaboração.

O que são as parcerias de colaboração hoje? São parcerias que estão muito focadas em Secretarias como a de Assistência Social e a de Educação. Ou seja, mais de 80% da Assistência Social é executada por parcerias; na Educação, o número é próximo disso.

Então, é relevante para o município de São Paulo discutir as parcerias e ter um bom decreto nesse sentido. E, para concluir essa fala inicial, agradeço o espaço de estarmos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Toninho Vespoli) – Obrigado, Aguinaldo.

Sra. Bárbara Picirilli de Araújo, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

A SRA. BÁRBARA PICIRILLI DE ARAÚJO – Olá, boa noite. Eu venho representando a Secretária Eliana, pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Município de São Paulo.

Inicialmente, quero dizer que SMADS tem um total de quase 1.400 parcerias com Organizações da Sociedade Civil. Nós fazemos a gestão de mais ou menos 300 organizações sociais, em termos de colaboração ou de fomento, mas grande parte da nossa estrutura se dá por termos de colaboração, em parceria com Organizações da Sociedade Civil.

O município de São Paulo fez a opção de executar grande parte dos serviços do Sistema Único de Assistência, por parcerias, então todas as nossas tipologias, nossos serviços, acabam sendo por parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

Estou aqui para ouvir todos os questionamentos, as dúvidas que houver a articular com a Secretaria, na medida do possível, a construção de novas propostas. SMADS tem sido solicitada, constantemente, para a mudança de instrução normativa que teoricamente é a nossa lei mãe, em SMADS, que trata das questões de parceria.

Então acho importante ouvir as Organizações da Sociedade Civil, enfim, a todos presentes, para possíveis mudanças e necessidades que tenhamos. É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Toninho Vespoli) – Obrigado, Bárbara. Sr. Evandro Nonato Verde de Souza, representando, o Sr. Secretário da Casa Civil.

O SR. EVANDRO NONATO VERDE DE SOUZA – Boa noite. Primeiro, quero parabenizar a Câmara Municipal de São Paulo pela realização da audiência. É uma honra poder participar, ouvir todo o debate e levar isso para a Secretaria para melhoria da prestação de serviço público.

Obrigado. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Toninho Vespoli) – Boa noite, Evandro. A Nazareth ainda não chegou? Quando ela chegar, compomos a Mesa.

Passemos aos inscritos. Vou chamar primeiro *on-line*. Há duas inscrições *on-line*.

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 12 DE 47

Rafaelle Franco (Pausa) Ausente; Sra. Alba Roque, da Associação Cultural Corpo Rastreado. Está presente, mas não está conectada; Sra. Beatriz Amâncio, da Comissão do Terceiro Setor da OAB.

A SRA. BEATRIZ AMÂNCIO ARRUDA – Olá, boa noite a todos. Eu sou a Beatriz Amâncio, Secretária Executiva da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB São Paulo. Como OAB, trazemos a necessidade de olharmos para o MROSC nos atentando a certificações menores que são necessárias e exigidas para que as organizações possam aderir ao MROSC.

Um exemplo disso é a Declaração de Utilidade Pública Municipal e Estadual. Um certificado que impede a remuneração de dirigentes. Muitas organizações deixam de cumprir as exigências declaradas, para conseguir aderir ao MROSC. Trazemos esse ponto, essa atenção, para que possa ser observada e ampliada a aderência ao MROSC para as organizações menores.

Estamos tentando levar o tema para as faculdades e estamos em contato com a Defensoria Pública para ampliar o acesso à justiça das organizações. Temos também uma pesquisa do MROSC que será lançada nos próximos dias — o Diagnóstico Regulatório Municipal do Estado de São Paulo —, em que conseguimos perceber que muitos municípios exigem a Declaração de Utilidade Pública Municipal, o que é um impeditivo do acesso ao MROSC.

Como OAB, firmamos também um acordo de cooperação com o CDT para facilitar o registro das Organizações da Sociedade Civil nos cartórios. Gostaríamos de convidar todos os advogados e organizações a se inscreverem na nossa Comissão, para ampliar o nosso quadro de advogados e os direitos das organizações. E contamos com a Câmara de Vereadores para nos auxiliar e auxiliar todas as organizações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Toninho Vespoli) - Obrigado, Beatriz. Sr. Pedro Aguerre, do Grupo de Estudos do Terceiro Setor da PUC-SP.

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – Nobre Vereador Professor Toninho Vespoli, Eduardo, Aldiza, Aguinaldo – velho companheiro da luta do Terceiro Setor. Venho aqui

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 13 DE 47

acrescentar elementos para nossa reflexão e análise dos 10 anos de implantação do Marco Regulatório, do MROSC.

Lançamos um livro na última reunião do Confoco, em Brasília, sob a liderança da Patrícia Mendonça, da EACH, o livro se chama: *Capacidades Sócio-Estatais e as Parcerias com Organizações da Sociedade Civil – OSCs*. Eu não esperava ser chamado agora, estava tentando instalar o QR Code para as pessoas terem acesso, mas depois eu passo o meu celular para quem quiser baixar e vou colocar no grupo de WhatsApp.

Então, nesse livro *Capacidades Sócio-Estatais e as Organizações da Sociedade Civil*, visitamos algumas situações da agenda do Terceiro Setor, por exemplo, as emendas parlamentares. Qual é a lógica das emendas? Verificando que se concentram mais em municípios maiores, em nichos de agenda específicos e não abrangem todo o conjunto das situações que poderiam abranger.

A questão da implantação dos municípios, da fragilidade, da participação social, do espaço de escuta, foram alguns dos temas que visitamos no livro, na parte dedicada ao MROSC, às parcerias em termos de colaboração. E depois há o investimento social privado, que é uma pauta absolutamente fundamental. Ou seja, ele tem crescido enormemente, mas existe uma distância muito grande em relação às necessidades dos territórios, com as organizações dos territórios.

Esta é a agenda: que possamos estudar mais, gerar um campo de estudo acadêmico do investimento social privado, qualificando a discussão, mobilizando as organizações filantrópicas para esse compromisso. E muitas vezes é um compromisso que é mais retórico, da boca para fora, por meio de algum exemplo, mas não realmente uma lógica da locação de recursos nas demandas e necessidades do território.

O livro resultou numa importante reflexão. Tem o prefácio do nosso Diretor, Eduardo, e um posfácio de análise. E pensando que não se trata só de capacidade estatais, mas também o conceito de capacidade socioestatais, ou seja, de uma construção conjunta, como foi a própria construção do decreto em 2016: a possibilidade de uma articulação conjunta. De maneira que é

esse o livro.

Vamos encaminhar o *QR Code*, que tem vigência curta, mas vai ter um *link* do livro para as pessoas poderem acessar. Quem quiser acessar já puxa no meu celular. Vai ser um prazer. E boa leitura, porque agora temos que dar novos passos. Inclusive, fomentando a discussão no Executivo municipal para passos novos, no que diz respeito à área da Assistência e às outras áreas na aplicação e implementação do MROSC.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Toninho Vespoli) - Pedro, só uma pergunta: o livro também aborda um pouco as dificuldades do Legislativo para alocar emendas onde deseja?

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – Não, especificamente, porque ele se baseou no Seminário Internacional do MROSC, de dezembro de 2024. Que fazia justamente avaliação do MROSC, mas, por exemplo, a política de Assistência de São Paulo é estudada. A situação que está acontecendo hoje na Secretaria em termos dos profissionais da gestão da política de convênio, está sendo discutida, entre outros assuntos. Então, eu acho que tem muito insumo para a nossa reflexão atual e contemporânea.

O SR. PRESIDENTE (Prof. Toninho Vespoli) – Sim. Eu só estou falando isso porque, por exemplo, 70% das minhas emendas vão para a Saúde. É a Secretaria, que talvez, mais consiga viabilizar as emendas. Se eu jogo minhas emendas, por exemplo, para um grupo cultural que passa pela Secretaria de Cultura – como está com pouco funcionários – muitos profissionais faltando, há uma dificuldade de viabilizar mais as emendas. O Vereador olha e fala: “Onde eu coloco minhas emendas, onde realmente vai ter algum fruto?” Muitas vezes eu posso colocar em uma Secretaria que tem mais dificuldade de implementar e efetivar emenda. Só por isso que eu estou falando.

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – Não tenho uma análise geral, apenas um estudo genérico sobre como foi a locação em São Paulo identificando essas assimetrias, essa dificuldade de acessar os lugares que mais precisam, mas é excelente o comentário.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – Sim, é tratado no livro, porque são

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 15 DE 47

dinâmicas muito distintas das OSs, da expansão dos campos de atuação das OSs em relação às OSCs, isso é visitado no livro. Acho que é um aumento de massa crítica e de discussão.

Eu ia comentar. Agora me escapou. O senhor fez a pergunta, eu estava para fazer mais uma consideração nesse público tão seletivo, tão importante.

Outra coisa que o livro aponta...

- Manifestação do público.

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – OSC, OSC, OSC.

Outra coisa que o livro aponta – não é, Eduardo? – que apontamos na discussão – aliás, apresentamos o livro lá e o Confoco inteiro se debruçou e passou a discutir, porque há essa carência de material de discussão – é exatamente que o MROSC não está ainda tão consolidado.

Então, a notícia de que 300, dos 1.400 convênios, são termos de fomento e colaboração é uma notícia importante; mas são 300, de 1.500. Então, a lógica do fomento e colaboração ainda está em processo e depende muito de espaços de discussão como este.

Era este o ponto para o qual eu queria chamar atenção: o desafio da implementação crescente do MROSC em mais municípios. São Paulo é um exemplo importante, mas deve ser aprimorado, assim como a participação social como caminho de construção das parcerias e do futuro, dos próximos 10 anos do MROSC.

A SRA. ALDIZA SOARES DA SILVA – Pedro, só complementando sobre a questão das OSs, que são as organizações sociais. Elas realizam um contrato de gestão, o que foge aos termos de fomento, colaboração e cooperação que estão previstos na Lei 13.019.

É um tipo de organização que tem outro regramento, é outra forma de parceria, enfim, outra forma, inclusive, de relação da administração dessa organização com a Administração Pública dentro da sua própria gestão.

Então, há uma especificidade muito peculiar das organizações sociais.

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – Exatamente, exatamente. Então, não devemos esperar.

Quando há aspectos de judicialização, etc., o MROSC se revela como uma ferramenta fundamental para fornecer e robustecer argumentos em favor de instrumentos democráticos de participação; mas eles não afetam a realidade das OSs, que seguem outra lógica.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Pedro.

Então, ele vai passar o QR Code, que vamos colocar no grupo. No grupo, mesmo, pode sair uma proposta, se o pessoal quiser fazer um encontro para debate para nos qualificarmos mais, porque tudo é um aprendizado. Acho isso importante.

A Nazareth, representante do FAS, não chegou, mas está aqui o Gilson Vieira, também representando o FAS Oficial. Então, o Gilson comporá a Mesa conosco. (Palmas)

A Bárbara da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social está pedindo a palavra. Pode falar, Bárbara.

A SRA. BÁRBARA PICIRILLI DE ARAÚJO – Eu só queria ajustar, porque talvez eu não me fiz entender. Na realidade, a SMADS tem 1.400 parcerias com 300 organizações. Então, são 1.300 termos de colaboração e 300 organizações sociais. São 1.300 termos de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está bem, Bárbara. Obrigado.

Agora, a fala do Gilson, representando o FAS Oficial.

O SR. GILSON VIEIRA – Olá, boa noite a todos. Meu nome é Gilson Vieira e estou representando o FAS, Fórum de Assistência Social Oficial da cidade de São Paulo. Sou da Coordenação Executiva do Foro Regional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Vila Prudente e São Lucas.

A ideia era a Nazareth estar aqui falando um pouco sobre essa questão do Decreto 57.575/2016. O FAS vem fazendo uma série de debates em relação ao decreto. O que está acontecendo na cidade de São Paulo?

O decreto foi publicado em 2016 e percebemos que para quem é de OSC, como eu, ligado à assistência social, o decreto abre precedente para a Secretaria da Assistência. Não é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 17 DE 47

culpa da Secretária atual; é uma coisa que já veio de tempos. Quem trabalha com a SMADS se recorda que isso começou com a Portaria 55, publicada pelo Filipe Sabará, na época Secretário de Assistência Social.

Essa portaria regulamentou o Decreto 57.575. Mais tarde, foi publicada a Instrução Normativa 03/2018 e, recentemente, a Instrução Normativa 02 de 15 de março de 2024. Para nós que estamos trabalhando em parceria com a assistência social, o que acontece?

Nesse meio tempo, nós nos deparamos com uma leva de trabalhadores que passaram no concurso público de 2014, o último concurso público da assistência social do município de São Paulo. Foi o então Prefeito Fernando Haddad que abriu esse concurso. Desses trabalhadores da Vila Prudente, por exemplo, um ano atrás, foi nomeada uma assistente social desse concurso público.

O problema que foi acontecendo foi justamente a falta de uniformização das 32 supervisões de assistência social. Como estou dizendo, isso não é uma questão de agora; é uma questão que já vem atravessando alguns anos. Temos acompanhado as dificuldades. O Fórum da Assistência Social tem feito diversas reuniões com a Secretária Eliana Gomes e estamos vendo a iniciativa dela para tentar uniformizar e o quanto isso é difícil.

Às vezes, dentro de uma supervisão de assistência social, para uma OSC que tem, por exemplo, serviço na proteção social de média complexidade e de alta complexidade – vou pegar como exemplo a questão do auxílio de insalubridade ou adicional de insalubridade, que foi aprovado na convenção coletiva de 2022 – cria-se uma insegurança jurídica para a organização da sociedade civil porque ela paga os trabalhadores da alta complexidade, e não paga os da média complexidade.

Isso era para ter sido resolvido. No termo de colaboração, que é assinado agora pelo Presidente da OSC diretamente com a Secretária de Assistência Social, consta que a OSC, por obrigação, tem que cumprir com as obrigações advindas da contratação daquele trabalhador.

Assim, em OSC grandes fica esse impasse: você paga por um determinado tipo de serviço, e para o outro você não paga, criando um passivo trabalhista enorme para essa

Matéria AUD 264/2026. Documento assinado digitalmente por LEONARDO DE CARVALHO MILANI em 22/07/2026 e juntado ao REQCOM ADM 3/2026 por Leonardo de Carvalho Milani. Sua validade pode ser conferida em <https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbriuDocumento?pid=750904>.

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 18 DE 47

organização. Sem contar a forma, a dificuldade – além dessa questão da uniformização de procedimentos junto às 32 supervisões de assistência – dentro de uma mesma SAS, pois sabemos que é uma sopa de interpretações. A verdade é essa.

Recentemente, nós do Fórum da Assistência Social junto ao INDOSC, que está presente nesta plenária também, e à Rearphi (Rede Arquidiocesana de Promoção Humana Integral), participamos de uma reunião com o Prefeito Ricardo Nunes e, em um dado momento, ele se mostrou assim: “Como pode um termo de colaboração com a educação ser disciplinado de uma maneira e, com a assistência social, que tem 1.400 termos de colaboração, ser feito de outra forma?”

Salvo engano, em relação à educação, é a Portaria 4.547/2017. Essa portaria garante, bem ou mal, segurança jurídica para que a OSC consiga executar os serviços com a educação infantil e por aí vai. Na assistência, há esses empecilhos.

Nessa reunião com o Prefeito, dia 4 de maio, nós sinalizamos – para quem é da assistência social, estamos abordando isso nas duas últimas conferências municipais de assistência social – para que o Decreto 57.575 seja corrigido para evitar essas distorções que, infelizmente, existem no município de São Paulo ainda.

Sem a correção do Decreto 57.575 e sem uma legislação municipal que discipline o Sistema Único de Assistência Social na capital, há um leque de serviços atrelado a uma instrução normativa que, dependendo do Secretário que entra ou que sai, é modificado.

Ressuscitando o projeto de lei que tramita nesta Casa, o PL 90, que trata da criação de um sistema único de assistência social na cidade de São Paulo, que é uma matéria para o companheiro Toninho Vespoli: existir essa gama de serviços, 1.400 termos de colaboração, presos a uma instrução normativa é muito frágil.

Acho que essa discussão do PL 90 que tramita na Câmara Municipal tem que avançar. Sabemos que os caminhos e a mobilização da sociedade civil estão sendo feitos. Desde agosto de 2025, com aquele ato que fizemos em frente à Câmara Municipal de São Paulo, abriram-se algumas portas que, até então, não estavam se abrindo para nós do terceiro setor.

É o momento para aproveitar essa discussão da revisão do Decreto 57.575 para poder haver novos termos de colaboração com as organizações, com a devida segurança jurídica, com os direitos dos trabalhadores, porque estamos executando política pública; não estamos fazendo favor para o município.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Gilson.

Queria saudar o Marcelo Monge, do Vicariato da Caridade Social da Arquidiocese de São Paulo. Está presente também o Vereador João Ananias, do PT, na pessoa de seu assessor presente, o Juca.

Agora, vamos para as inscrições: João Batista Gomes, que já está vindo. O próximo será o Tarso Cabral. O João e o Tarso vão falar e, até o Tarso, as inscrições ainda estarão abertas; depois de o Tarso falar, as inscrições estarão fechadas. Então, quem for fazer a inscrição, aproveite para fazer durante essas duas próximas intervenções, por favor.

João, três minutos.

O SR. JOÃO BATISTA GOMES – Eu quero saudar todos – boa noite – e agradecer imensamente ao Presidente Lula, na pessoa de quem está representando o Governo Federal, pelo excelente trabalho. Quero agradecer imensamente a ele, ao Vereador que abriu a Casa para nós, ao Presidente desta Casa e aos representantes da Prefeitura de São Paulo que estão *on-line* ou presentes.

Quero também manifestar um pouco de indignação, porque é impossível que uma entidade, uma OSC pequena – vamos usar esse termo – demore 11 anos para conseguir uma certificação do COMAS. É impossível que um processo do CNEAS fique parado no Ministério do Desenvolvimento Social aguardando um funcionário analisá-lo. É impossível uma certificação do CEBAS demorar cinco anos para sair. Assim, de fato, nós que somos pequenos ficamos excluídos do sistema.

A trava, o pedágio, já começa a correr, porque não temos estrutura financeira para captação de recurso, para pessoas ficarem olhando na *internet* toda hora qual edital sai ou não,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 23

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 20 DE 47

onde nos enquadramos ou não.

Eu esqueci de dizer e peço desculpas. Eu represento o Centro Oscar Romero em Defesa dos Direitos Humanos. A nossa Presidente está aqui. O Centro Oscar Romero foi uma idealização do nosso santo e querido Dom Paulo Evaristo Arns.

Nós trabalhamos com dois termos de colaboração da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Eu sou advogado e temos uma equipe de quase 15 advogados que atua nos Fóruns Regionais de Santana, Pinheiros, Butantã, Freguesia do Ó, Santo Amaro e Jabaquara.

Atuamos com crianças e adolescentes, idosos, segurança alimentar – área na qual temos uma colaboração muito grande da Prefeitura de São Paulo e somos eternamente gratos por isso – mas é extremamente difícil alcançarmos um crescimento, porque a própria legislação prevê uma quarentena, uma especialização para poder acessar algum projeto, alguma estrutura, algum convênio, algum termo de colaboração, algum termo de fomento.

Isso exclui as entidades pequenas. É isso que pedimos que seja revisto. Pedimos, encarecidamente, para que esta comissão possa rever essas questões, principalmente as certificações, que não temos condições.

Uma última questão: nós que visitamos CRAS e CREAS – isso é um depoimento pessoal meu; eu vi isso – quando chegamos para apresentar uma proposta de construção de um equipamento, a pessoa fala: “Eu não tenho dinheiro para pagar o funcionário. Como vou criar um novo equipamento na minha região se não tenho recurso?”

Então, é urgente que possamos criar uma proposta que tanto o Governo Federal, o Governo Estadual e os municipais possam destinar um percentual do orçamento para garantir a assistência social na cidade de São Paulo e neste país.

Muito obrigado a todos e a todas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, João.

O próximo é o Tarso Cabral.

O SR. TARSO CABRAL VIOLIN – Boa noite a todos e a todas. Meu nome é Tarso Cabral Violin. Sou Coordenador da Comissão de Terceiro Setor do Instituto de Direito

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 21 DE 47

Administrativo Sancionador Brasileiro, o Idasan.

Também faço parte de outras Comissões, inclusive da nossa Ordem de São Paulo, do terceiro setor, e de outras Comissões, por exemplo, do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, que também acabou de criar uma Comissão de terceiro setor.

Bom, o que eu queria dizer é que em 2011 fui convidado pelo Ministro Gilberto Carvalho, então Ministro do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, para o primeiro seminário internacional do MROSC, em Brasília. Participaram 150 especialistas na área do terceiro setor.

Uma das coisas que mais foi deixada clara naquilo que foi o embrião do MROSC – começamos o MROSC naquele momento, pois a legislação do MROSC veio anos depois – o que mais definimos ali foi que o MROSC não poderia servir para fins de privatização da Administração Pública; era para fins de fomento, fomentar a sociedade civil organizada, que é o que defendemos até hoje: MROSC como fomento para as Organizações da Sociedade Civil.

O problema é que no Brasil, infelizmente, há às vezes alguns desvirtuamentos da ideia inicial de legislações. A Dra. Aldiza até falou – eu peguei o termo – “respeitado em sua essência”. Tínhamos que respeitar a essência do MROSC, que é o que foi discutido naquele momento.

O que está sendo feito hoje é uma confusão entre OSC e OS, que foi uma das considerações da colega. A OS, sim, foi criada no Governo Fernando Henrique para fins de privatização da Administração Pública. E é o que está sendo feito na saúde: espaços estatais sendo geridos por uma OS para que o Poder Público não faça mais concurso público, não faça mais licitação, para que fuja do regime jurídico administrativo. Isso é privatização em sentido amplo, como diz a nossa querida jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro, da USP.

O MROSC não foi criado para isso. Não era esse o espírito do MROSC. No município de São Paulo, o MROSC foi utilizado para fins de privatização, na área educacional, nas creches. Foi importante a utilização do MROSC nas creches aqui em São Paulo na questão da universalização; mas, infelizmente, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo já decidiu que o MROSC, na área das creches, é menos eficiente do que as escolas públicas municipais.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 25

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 22 DE 47

Então, foi importante na universalização, mas menos eficiente.

A partir do momento em que foi feita uma celebração de parceria via MROSC com o Liceu Coração de Jesus, em que foram privatizadas algumas vagas do espaço municipal de educação para o Liceu, o município de São Paulo, no início do ano, começou uma consulta pública para fazer a privatização de mais quatro escolas municipais via MROSC, o que não é para ser feito via MROSC.

Não pode o município não querer mais fazer concurso público para contratar professor, não querer mais fazer licitação e querer contratar o MROSC para gerir escolas estatais. Isso não é possível via OSC. Se é possível via OS ou não, é outra história. Já houve uma decisão do Supremo sobre isso que está em discussão ainda. Na saúde, isso é implementado; mas na educação, não.

Deixar de fazer concurso público para a contratação de professores, no meu entendimento, parece que não é possível. Fazer isso é uma fuga, via MROSC, no meu entendimento, de forma irregular.

Então, eu queria fazer esse depoimento, porque sou defensor do MROSC, na área da assistência social, como fim de fomento da sociedade civil; mas na educação, para fugir de concurso público e para fugir de licitação, não.

Estamos presentes numa Comissão de Administração Pública. Acho que essa é uma discussão importante de ser feita no município de São Paulo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Tarso. Reflexão bastante importante.

Próximo orador, Sr. Ricardo de Lima. E o próximo, já para ficar na fila, o Sr. Marcos Bruno.

O SR. RICARDO DE LIMA – Boa noite a todos e a todas. Sou Ricardo de Lima, do Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas do município de São Paulo. Construímos junto ao Fórum de Assistência Social Oficial a questão do Marco, e

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 23 DE 47

um dos artigos pétreos que nós, como movimento social, conseguimos estabelecer — e que não foi cumprido até hoje — foi o artigo 35, que determina que as Organizações da Sociedade Civil não terão contrapartida financeira.

E isso é o que tem sido, nos últimos quatro anos: o gargalo que vive o município de São Paulo, porque nós, como trabalhadores, enquanto os sindicatos debatem suas convenções coletivas e as aprovam com o sindicato patronal essa conquista dos trabalhadores, não é efetivada. E aí o sindicato fica numa situação um tanto quanto complicada, porque defendemos que o trabalhador tenha segurança para exercer o seu trabalho e que a organização social na qual ele trabalha não corra risco de falir e ele perder, inclusive, seus direitos assegurados pela lei.

Precisamos avançar do ponto de vista de alguns entendimentos da assistência social, sobretudo se conquistássemos algum índice de reajuste anual dos termos de parceria, para garantirmos às organizações a capacidade de reajustar o salário do trabalhador e da trabalhadora da assistência social.

Não estamos falando nem de valorização — estamos falando de reposição inflacionária, da manutenção do nosso poder mínimo de compra e de consumo com dignidade. E isso não acontece. Nos últimos quatro anos, chegamos a uma estimativa de que estamos num déficit de 20,39%. Se o sindicato for cobrar das organizações sociais a garantia do direito do trabalhador, teremos uma quebra de organizações sociais e levaremos a política de assistência social no município à falência. Isso é muito preocupante e acabamos ficando numa situação em que somos reféns de nós mesmos, de nossas próprias lutas.

E aí entramos, como o companheiro falou, na questão das privatizações, que não está necessariamente atrelada a um marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Ela se assenta na Lei de Responsabilidade Fiscal e no mito de que precisamos exorcizar do nosso povo — o mito da austeridade fiscal —, porque esse mito, que muitas vezes defendemos, esse bicho que não sabemos o que é, torna o Estado cada dia mais gerencial e mínimo, e cada dia mais focalizado.

No que se refere ao fomento dentro da assistência social, é inédito. Contamos nos dedos alguns fomentos que existem no município de São Paulo, e eles não são financiados diretamente pelo Fundo Municipal de Assistência Social — geralmente dependem de uma emenda parlamentar para que subsistam. Então, nós, como moradores de alguma região, somos reféns de uma vontade política de abrir um determinado serviço naquela região e não temos autonomia, como cidadãos que têm uma Organização da Sociedade Civil em determinado território, para fomentar uma discussão, um serviço necessário e imprescindível para uma população bastante necessitada.

Um marco não é responsável pela privatização, pela terceirização ou pelo nome que se queira dar. O edifício dele está assentado na Lei de Responsabilidade Fiscal, e sustentamos isso no mito da austeridade. Precisamos repensar isso, precisamos garantir que nós, trabalhadores e trabalhadoras da assistência social, tenhamos segurança para trabalhar.

"Ricardo, quer ser consultor de uma Organização Social?" Neste momento, não, porque estaríamos entrando juntos em um campo minado. Quem está na assistência social hoje, sem reajuste há quatro anos, está à beira do abismo. E se você entrar hoje nessa situação, pode estar se jogando num campo minado e num abismo.

Então, o município está tornando inseguras a continuidade e a existência da política de assistência social no município, o que é muito triste para nós que lutamos. O sonho do Marco Regulatório que discutimos ainda continua um sonho não realizado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sr. Ricardo.

Então, próximo, Sr. Marcos Bruno. E, depois, Sra. Kátia Beltran Brigo.

O SR. MARCOS BRUNO – Boa noite. Faço parte de uma associação na Zona Sul de São Paulo chamada Associação Mais Viver. Somos pequenos. Até hoje tivemos dois termos de fomento, mas constantemente estou batendo, pedindo passagem para novos projetos. E o que só tomamos é “não”. A impressão que tenho, mesmo, é que existe uma segregação em São Paulo. Não são todas as entidades que podem trabalhar.

Estamos vendo aqui a assistência social. Eu solicitei o COMAS. Vocês ficarão surpresos se vocês pegarem o *Diário Oficial da Cidade* e verem uma reunião do COMAS com apenas uma empresa, uma instituição recebendo o COMAS. Eu acho que, se não funciona, tem que fechar. Não conseguimos tirar o COMAS.

Há uma representante do COMAS, acho que é da assistência social, aqui, não sei se é a Bárbara, enfim, é vergonhoso o estado de São Paulo com quatro mil associações, instituições, só 300 terem COMAS. Se você for mapear os projetos, tem OSC que tem 15, 20 projetos. O mesmo acontece na Secretaria da Educação.

Temos um projeto que nem MOVA é. Estamos tentando o MOVA há seis anos. A Secretaria da Educação só diz “não”. “Não pode, não pode, não pode.” Nesta semana, pedi o cadastramento educacional e tenho certeza de que vou ter que parar lá no Ministério Público.

Então, existe uma segregação em São Paulo. Não conseguimos atuar. Não adianta você ter toda a documentação. Tem colega aqui que falou, da assistência social, dos CENTS. Você não consegue. Precisamos mudar. Acho que está na hora de criarmos o Ministério do Terceiro Setor. Tem que chegar...

- Manifestação do público.

O SR. MARCOS BRUNO – Porque não adianta. Pedimos para falar com o dirigente, o dirigente só fala com quem ele quer e não atende.

Acho que precisamos nos unir e fazer alguma coisa para mudar. O Prefeito nem se fala. Tivemos, no ano passado, um projeto que já era para ser uma política pública em São Paulo, se vocês não conhecem, procurem saber: o Cantinho Noturno. Tínhamos um projeto que atendia crianças de zero a seis anos na parte noturna. Por que isso? Enquanto estamos aqui trabalhando, há muitas mães-solo que precisam que seus filhos sejam cuidados na parte da tarde, pois para você ir jantar em uma pizzaria, precisa que alguém fique com seu filho, quem trabalha em um posto de gasolina, precisa que alguém fique com o seu filho.

Quando terminou o projeto, tínhamos 120 pessoas na espera, porque é um termo de fomento do FUNCAD, com duração de dois anos. Imaginem, só dois anos. As mães foram

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 26 DE 47

comigo na Secretaria de Desenvolvimento Humano, mas a lei do FUNCAD não permite que o projeto seja por mais tempo. Temos que participar de um novo edital.

Então, precisamos fazer essa política pública para as mulheres. Falamos tanto em evasão escolar, mas as pessoas não conseguem estudar e deixar seus filhos, gente que trabalha à noite, policiais, seguranças, não podem. E não se forma uma política pública para um projeto tão sério para a cidade de São Paulo.

O que fazemos? Ficamos enxugando gelo. Pedimos audiência com o dirigente. O dirigente, todo ano, muda a portaria. A portaria fica mais difícil para quem é pequeno. Precisamos mudar essas portarias, gente, porque, para mim, é segregação. Tentamos fazer as coisas, chegamos lá, só algumas OSCs podem. As pequenas não podem.

Então, estamos com uma demanda de MOVA. Não conseguimos pôr o MOVA para as pessoas. Educação é tudo em São Paulo. Se queremos transformar São Paulo, é só pela educação.

É isso aí, gente. Obrigado. Veremos se conseguimos mudar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próxima oradora, Kátia Beltran Brigo, e depois é a Catalina Vieira.

A SRA. KÁTIA BELTRAN BRIGO – Boa noite a todos. Meu nome é Kátia Beltran Brigo e represento a Associação Beneficente Casa Irmãs de Nazareth, que é presidida pelo Eduardo Roberto Beltran. Hoje, ele não se encontra, porque está hospitalizado.

Nossa associação atua há 35 anos na Zona Leste de São Paulo, desenvolvendo um trabalho social sério e contínuo junto às famílias em situação de vulnerabilidade.

Atualmente, atendemos cerca de 100 famílias por meio do programa Viva Leite. Distribuimos mensalmente 88 cestas básicas, em parceria com o Poder Público. Estamos nesse trabalho social há mais de 20 anos, atuando na luta pela habitação popular, e que, hoje, representa, aproximadamente, 300 famílias que aguardam a realização do sonho da casa própria.

Nosso projeto habitacional está localizado no Parque Boa Esperança, em São Mateus, e integra o chamamento público nº 001/2015. A entidade possui contrato firmado com a Prefeitura de São Paulo, porém o empreendimento permanece em tramitação há mais de dez anos, sem que as famílias tenham recebido a solução efetiva.

Recentemente, recebemos a resposta oficial da Cohab, confirmando que o projeto continua ativo, mas que seu avanço depende da publicação de um novo decreto de interesse social do DIS. Por isso, estamos aqui não apenas para buscar informação, mas para solicitar prioridade, transparência e diálogo.

Estamos falando de centenas de famílias que continuam acreditando nas instituições públicas e aguardando há anos o acesso a um direito fundamental garantido pela Constituição: a moradia digna.

Gostaríamos de saber quais medidas estão sendo adotadas para viabilizar a publicação do novo decreto de interesse social e qual é a previsão para que o empreendimento possa realmente avançar.

Em nome dessas 300 famílias representadas pela nossa associação, agradeço a oportunidade e peço atenção das autoridades para essa demanda que já se arrasta por mais de uma década.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então, Sra. Catalina Vieira, e a próxima, Sra. Beatriz Amâncio.

A SRA. CATALINA VIEIRA – Boa noite a toda a plateia e aos que estão *on-line*.

Obrigada pelo espaço. Eu gostaria de falar em nome da SBRed, que é a Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia para Redução de Danos.

Como o título diz, a redução de danos é muito ampla. O nosso grupo trabalha, principalmente, com redução de danos à saúde. Temos várias frentes e uma delas é o grupo de multiprofissionais. Temos engenheira de alimentos; oncologistas; eu que sou estomatologista, cirurgiã-dentista, com experiência ampla no serviço público, atuando a mais de 40 anos junto ao

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 31

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 28 DE 47

programa de AIDS do estado de São Paulo e do município. Quem for da época, deve lembrar de mim por aí. E atuando sempre no atendimento a pacientes. Agora me aposentei e me uni a esse grupo para fazer essa ação de redução de danos.

A questão do HIV-AIDS teve bastante sucesso. Chegamos a fazer o diagnóstico do HIV e já entrar com a medicação, reduzindo muito o dano nesse paciente e não evoluindo para a AIDS, o que foi muito bem-sucedido. Acontece que estamos negligenciando o que vem acontecendo com os jovens. Vem aumentando o número de casos entre jovens. A atividade sexual entre os jovens está começando cada vez mais cedo. Não se faz mais trabalhos de prevenção, nem na área da educação, nem na saúde. Não se fala mais da AIDS, como se a AIDS tivesse acabado.

Chegamos a um excelente patamar de controle, mas exige que as pessoas tenham educação, informação e que os jovens não venham se infectando, porque não existe só a AIDS. Existe uma série de infecções sexualmente transmissíveis que levam a danos de saúde muito graves.

A outra questão é sobre a engenharia dos alimentos, a questão dos alimentos ultraprocessados. É muito mais prático e é muito mais barato, infelizmente, comprar um pacote de salgadinho do que um bom lanche para a criança levar para a escola. Estamos falando de escolas particulares e de públicas, mas estamos falando mais do que isso, de famílias, que precisam ter a informação adequada, precisam ser educados. Defendemos que deveria ter educação alimentar nas escolas, para as crianças aprenderem, desde a escola, terem uma alimentação adequada. E a criança aprendendo leva isso, também, para dentro de casa.

São várias frentes. Eu sei que o tempo é pequeno. Nem esperava ter tido essa oportunidade de falar. Agradeço muito à Mesa. Espero poder colaborar daí para frente com o embasamento técnico-científico e baseado em evidências.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próxima, Sra. Beatriz Amâncio.

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 29 DE 47

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Próxima, Sra. Sônia, da Associação Cultural da Comunidade do Morro do Querosene.

A SRA. SÔNIA IMPÉRIO HAMBURGER – Boa noite a todas, a todos e a todes. Sou da Associação Cultural do Morro do Querosene e da Associação Vida em Ação. São duas associações, duas OSCs, que atuam no cuidado, no acolhimento, em áreas diferentes, uma na área da saúde mental e da agroecologia; outra na área de agroecologia e cuidados do território e do meio ambiente.

Quero falar, pois pedi a palavra para chamar a atenção sobre a importância do protagonismo da sociedade civil. Essa regulamentação é importante para valorizar a sociedade civil, enquanto protagonista, porque a sociedade civil é que cuida do território, do vizinho, do neto, da mãe, da tia, da avó, do marido, da esposa. Quem cuida, quem acolhe somos nós e o cuidado é a coisa mais importante que temos neste momento. Temos pouca cultura de dar importância ao cuidado.

E a Organização da Sociedade Civil no cuidado do território, no cuidado da rua, do parque, da praça, dos vizinhos, daquela festa junina, daquele encontro na esquina, é o que pode nos dar uma força para enfrentar as dificuldades que teremos pela frente. Estou falando isso porque temos muita dificuldade de sermos reconhecidos como organização, de ter esse protagonismo reconhecido e isso é algo importantíssimo.

Por exemplo, cuidamos de um parque há mais de 20 anos. Agora estão querendo nos proibir de cuidar desse parque, porque dizem que é público. Essa questão do que é público é muito séria. Como organizações somos pequenos, mas somos nós que estamos ali no território. Por isso, queria chamar atenção sobre isso: a valorização do protagonismo da sociedade civil, que é uma sociedade diversa e que tem dentro da sua capacidade, dos seus saberes, muito com o que colaborar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Aliás, o parque só existe por conta de vocês, se não, nem parque teria. Próximo orador é o Flariston Francisco da Silva.

O SR. FLARISTON FRANCISCO DA SILVA – Boa noite. Quero parabenizar primeiro o gabinete do Vereador Toninho pela iniciativa e por trazer, já nesse segundo momento, a Secretaria da Presidência da República e o Eduardo. Quero agradecer, Eduardo, pela prioridade que tem dado a essa discussão.

Acho importante valorizarmos esse momento, pois temos a presença do Governo Federal; estamos na Câmara Municipal; temos a representação da Prefeitura de São Paulo com duas Secretarias acompanhando essa reunião; o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração com o Governo e Sociedade Civil, ou seja, tantas representações, tão diversas, e até comentava sobre isso há pouco.

Estamos justamente fechando o primeiro semestre do ano em que completamos dez anos do Marco Regulatório no Brasil, regulamentos esses, de fato, da Lei 13.019/14, que se dá naquele ano e, particularmente, na nossa cidade.

Valorizando tudo o que já foi mencionado, ainda assim quero destacar três elementos que, para mim, são fundamentais que estão na lei federal e foram reforçados nos últimos decretos federais, os quais regulamentaram a lei que está no nosso decreto municipal. Ou seja, esse novo Marco Regulatório da relação entre governo e sociedade civil deveria contribuir para a capacitação da sociedade civil, como já foi dito. Deveria colaborar para o fortalecimento da sociedade civil. E deveria também colaborar para qualificar e ampliar a participação da sociedade civil na solução dos problemas dessa própria sociedade.

Na minha opinião, colhemos neste ano muito mais burocracia para a sociedade civil, como também foi exposto nessa reunião, incluindo muita vigilância, como se a sociedade civil só tivesse interesse em roubar o dinheiro público e, na prática, isso se traduz na escassez de recurso para parcerias de qualidade. Esse é o meu olhar de quem tem acompanhado todo esse processo.

Então queria pedir à Mesa que, no fechamento, de fato, pudéssemos sair daqui com um compromisso em darmos continuidade a essa discussão com uma meta. Qual seria? A meta de até dezembro deste ano, quando o Decreto 57.575/2016 vai justamente completar os dez

anos, que tenhamos construído, há muitas mãos, com as múltiplas experiências.

Quero ressaltar a academia que se fez presente, hoje, afinal, são dois segmentos, pelo menos, e até a própria a OAB presente. Então não nos falta condições de rever esse decreto na cidade de São Paulo para que possamos retomar, novamente, nossa expectativa. É preciso que a legislação contribua para que possamos ter capacitação nas Organizações da Sociedade Civil, que possamos promover um fortalecimento real da sociedade civil e que qualifiquemos essa participação.

Portanto, isso precisaria ser uma meta, um trabalho continuado até ao final do ano, como a meta de chegarmos juntos e, assim, reforço o apelo à Secretaria da Assistência, pois nenhuma outra Secretaria tem, em São Paulo, tantas parcerias como a da Assistência, talvez nem a da Saúde e nem a da Educação.

E que bom que a Assistência está presente. E devo mencionar a Secretaria de Gestão que também está presente acompanhando essa discussão. Então, o Poder Público municipal pode, com toda a força, colaboração, conhecimento e experiências de todos que estão, hoje, nesta Casa, mais a academia, avançar nessa direção, considerando que a situação que vivemos atualmente é crítica, para além de tudo o que foi exposto.

Vejam: vivemos um momento em que muitas organizações estão, simplesmente, entregando as parcerias, dizendo: “Não é possível mais que fique nas nossas costas a responsabilidade de fazer aquilo que o Poder Público deveria fazer diretamente, nos sentindo vigiados e sem as mínimas condições para o trabalho.” Então esse é o apelo que queria deixar

E só gostaria de levantar uma questão: a vigilância e a burocracia que estão sobre nós não impediram que esta cidade aprovasse um termo de colaboração de 108 milhões de reais para implantar cinco mil pontos de *Wi-Fi* nas favelas da cidade. Depois, se pagou quase 160 milhões sem terem sido implantados esses cinco mil pontos. Então me parece, e não sei se todo mundo sabe, mas isso foi feito por meio de um termo de colaboração, tendo como base o MROSC. Sendo assim, se é para vigiar, estão nos observando e deixando de vigiar outros lugares que deveriam ser vigiados. Precisamos avançar e rever o decreto.

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 32 DE 47

Gostaria que na fala final isso fosse assumido como compromisso do Governo Federal presente, do Confoco, da Câmara Municipal e do Poder Executivo municipal que está acompanhando *on-line*.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Próxima oradora é a Sra. Maria Nazareth Cupertino. Quero só informar que já estamos nos finalmentes, temos poucos inscritos para chamar.

A SRA. MARIA NAZARETH CUPERTINO – Bom, falar depois do Dei fica difícil. Queria só ressaltar alguns pontos. Primeiro, agradecer muito, pois esta audiência é um passo, claro, mas não pode ser o único. Precisamos nos debruçar de forma séria na cidade no sentido de como é que vamos regular as parcerias da sociedade civil e como vamos fortalecer a sociedade civil a partir de um regulamento justo.

Afinal, o que vivemos, na cidade de São Paulo não é justo. E aquilo que foi criado para dar justiça com o objetivo de alinhar os termos está sendo usado de uma forma bastante violenta contra as Organizações da Sociedade Civil.

E é de uma violência sem precedentes, porque nos tornou como organizações, como trabalhadores, diretores de organização, coletivo de organização, como se vilão fôssemos em relação à execução do serviço na cidade de São Paulo.

Porém, a verdade é que a vilania não parte de nós, mas sim de uma relação injusta e de uma interpretação e construção de um Marco Regulatório Municipal injusto e inadequado para a cidade de São Paulo. Então, precisamos ter esse olhar e esse cuidado com o município na sua relação e no fortalecimento da sociedade civil. Portanto, é urgente.

E que bom que a Câmara está discutindo sobre isso. Que bom que tem essa audiência e que bom que o Governo Federal veio também discutir isso. E que nesses dez anos que completa o Marco Regulatório, São Paulo consiga se ajustar a isso de forma a beneficiar todos, pois ouvimos as entidades, hoje, que não conseguem se organizar por conta da nossa inoperância, da inoperância do Estado, da inoperância da Prefeitura de São Paulo e do Governo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 36

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 33 DE 47

Então precisamos resolver isso.

E precisamos entender que o Marco Regulatório tem o objetivo que o Dei já expôs, qual seja, de tornar justas as relações entre as próprias organizações e junto à Prefeitura. Não é um marco fiscalizatório somente, mas é um marco organizativo das parcerias e do trabalho que se quer executar. Essa é o primeiro ponto.

O segundo ponto, foi até alguém da Educação que falou, é que o Marco Regulatório não pode ser desculpa para minimizar a presença do Estado na cidade de São Paulo. A assistência social é a política pública e precisa ser realizada pelo Estado. Ela precisa ser organizada e realizada pelo Estado. Não temos de dar contrapartida no serviço que executamos porque ele é público. Estamos administrando uma política pública. Então precisamos saber que isso não pode substituir a presença do Estado na proteção da sua população. Vamos ficar atentos a isso, porque a assistência social é – estou falando no campo da assistência, o colega falou no campo da Educação – uma política de direito e tem uma boa parte dela que deveria ser estatal.

Gostaria ainda de mencionar outro ponto, no campo da assistência social, pois na saúde e na educação já foi falado, a situação é gravíssima: não estamos dando conta de organizar a nossa resistência e de organizar as parcerias com o Poder Público, porque não há esse interesse na organização, e porque há um desconhecimento da política e do papel da política na cidade de São Paulo.

Temos dito que do jeito como está, o SUAS não chega ao final do ano. Não chega, pessoal. Ele está desmontado e não podemos culpar o MROSC por isso. Temos de culpar a inoperância do Governo Municipal na sua relação com a política pública. Queria reforçar isso, porque isso tem de entrar nesta discussão.

Por fim, pois já me indicaram o término do meu tempo, queria agradecer muito, mas tem uma pessoa, na cidade de São Paulo, à qual não podemos deixar de nos referirmos quando falamos na construção e luta pelo MROSC, que é o Aguinaldo. Ele tem uma presença fundamental nessa luta e não saiu do jeito que tinha de sair, sabemos e reconhecemos isso. Mas

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 34 DE 47

sabemos também que luta não faltou, tanto é que não saiu do jeito que precisava que estamos aqui, hoje, novamente, não é Aguinaldo? Continuamos insistindo nessa caminhada.

Queria pedir para o Vereador que, por favor, essa audiência não pode ser a única, porque se não organizarmos isso, a cidade vai virar um caos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado, Nazareth. Próxima oradora é a Sra. Lívia de Souza. Em seguida, será o Padre Marcelo Monge.

A SRA. LÍVIA DE SOUZA – Boa noite a todos. Quero cumprimentar todos à Mesa, todos os representantes, pessoas sérias que observei.

Analisando todas as falas, é triste dizer: “Quanta insatisfação, quanta indignação”, pois representantes como eu – que represento o Instituto Alegrar, uma organização da sociedade civil – entendem que não estamos, aqui, brigando pelo nosso CPF, individualmente. É muito sério ter de lutar por tantos outros CPFs, são CPFs batendo à sua porta, muitos problemas e dificuldades. Não estou falando tanto como gestora de uma ONG, mas uma munícipe que vive isso. Eu vivo isso.

E na sua fala, Vereador, V.Exa. disse que a maior parte das suas emendas são voltadas à saúde, só que está faltando supervisão da parte da Prefeitura, porque enquanto o munícipe, no caso eu, vou a um posto de saúde, vou no CRAS, vejo que está tendo falta de informação, falta de orientação, estão faltando profissionais. Então como que, ou ainda, para onde está indo esse recurso? Porque não está chegando. É repassado, mas não está chegando.

Já bati nesta Casa pedindo ajuda para levar auxílio a outros CPFs e sabe o que aconteceu? O representante então daquele escritório não podia me atender. Tudo bem, entendemos que vocês têm agendas a cumprir, são diversas atividades que precisam ser feitas, mas dá uma indignação termos de aguardar uma agenda, uma data, para que possamos tratar de assuntos sérios, mas ao chegar nesta Casa tomamos um “não”.

Essa é a verdade. No dia a dia é totalmente diferente. A nossa colega da OAB falou da utilidade pública e vi outros colegas apontando que isso é tão difícil. Já participei de reuniões e de eventos, nos quais pessoas que têm mais de 20 anos de trabalho de associação, mas não

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 35 DE 47

têm o mínimo de certificação. O mínimo. A pessoa tem o CNPJ, mas fica vetada em fazer tantas coisas para outros CPFs.

Então temos de entender que não estamos nesse lugar para ganhar um salário para o presidente ou para a presidenta, ou mesmo para o secretariado. Estamos nesse debate pelo mínimo que é manter aquele trabalho de tantos outros CPFs.

E sempre digo, atualmente deixo bem claro que a raiz de todo esse problema é o Executivo, porque, assim, não consigo entender que uma cidade tão rica, com tanta verba, é destinado muito mais à cultura do que à saúde e à educação, que são preliminares, que deveriam estar em primeiro lugar.

E a culpa não é da Secretaria de Assistência Social, afinal, quem trabalha lá, quem está à frente dessa Secretaria, fica de mãos atadas porque não tem recurso, não tem verbas a repassar para programas e projetos de pessoas que têm ali mesmo suas certificações.

Temos de cobrar o Executivo, a palhaçada que acontece lá em Brasília. Porque aquilo é uma palhaçada. Parece um bando de crianças de cinco anos lá, embora nem crianças de cinco anos ficam fazendo aquela baderna, aquela palhaçada, tantos assuntos ridículos que são tratados lá, quando fatos muitos mais sérios acontecem: crianças sendo violentadas, UBSs em que não chegam medicamentos, pessoas querendo sair de associações porque não têm a mínima orientação, não tem uma certificação, não tem nada. E lá, no Legislativo, a brincadeira continua, como se nada estivesse acontecendo. Estamos falando de vidas. São vidas.

Lá, jogam-se as cadeiras, enquanto aqui, precisamos marcar uma audiência pública para deixar, então, a insatisfação, para deixar a indignação das pessoas. Tenho tempo ainda? Ah, já passei do tempo, quatro minutos.

A Secretaria não tem culpa. Não vou culpar o trabalho das meninas que fazem o que podem fazer. A culpa começa lá em Brasília, passa pelo Executivo e assim vai.

Quero agradecer a Mesa e que isso seja resolvido e não falado somente. Porque, no dia a dia, na TV, é muito bonito, mas quem vive o cotidiano, sabe o quanto é complicado manter uma OSC, uma organização.

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 36 DE 47

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) - Obrigado, Lívia. O próximo é o Padre Marcelo Monge e o último orador é o Sr. Vanderley Aparecido.

O SR. MARCELO MONGE – Essa daqui é uma organização da sociedade civil e que bom, nessa noite fria, estamos nós e vocês, que fazemos a Organização da Sociedade Civil acontecer no bairro, no território, somos quem enfrenta todas as dificuldades para estarmos, nesse momento, em uma outra organização da sociedade civil, para dividir os problemas, os desafios e buscar os seus direitos.

Estou no Vicariato Episcopal da Caridade Social há um ano e pouco, e desde que assumi essa função, tenho ouvido as Organizações da Sociedade Civil sobre as dificuldades na realização da parceria com o Poder Público na cidade de São Paulo.

Para isso, então, criamos algumas instâncias ou retomamos algumas delas. Uma é a Rede Arquidiocesana de Promoção e Defesa da Vida Integralmente. Outra é o Café com Caridade que resultou, com outras pessoas no seminário, o Aguinaldo Luiz de Lima já mencionou aí. Isso porque temos visto tantas pessoas como ovelhas perdidas e, por vezes, doentes, querendo fazer a defesa e a promoção da vida na cidade de São Paulo, e que encontram muitas dificuldades.

Todo o esforço que temos, e que nos chega, acolhemos e o Vicariato tem dado uma palavra ou tem colaborado na articulação. Com isso, tem nascido uma rede de organizações que está se conectando e fazendo valer os seus direitos.

Para fazer valer os direitos, infelizmente, precisa-se de manifestação, como foi já citado pelo Gilson Vieira, em agosto do ano passado, que teve resultados. Não os necessários, nem os esperados, mas teve resultados. Então, que bom que tem esta audiência pública; contem com o Vicariato Episcopal da Caridade Social para ajudar na organização, na articulação e no fortalecimento desta importante rede de trabalho na cidade de São Paulo. Se tirarmos as Organizações da Sociedade Civil, o que resta de trabalho nesta cidade?

O Governo precisa perceber isso: que não estão fazendo favor. Se é favor, mais as

organizações têm feito para o Poder Público, para o Governo, do que o Governo para as organizações. E, de fato, a Nazareth traz a fala do colapso que muitas organizações estão passando. No dia a dia, é isto, de fato, que temos visto.

Na sequência, a colega falou de redução de danos. Acredito que muitos danos têm acontecido para a sociedade paulistana, não somente para as organizações, mas para as pessoas com quem essas organizações trabalham e que necessitam dos seus trabalhos. Tem-se que, sim, reduzir muitos danos. Aliás, seria necessário que não houvesse dano algum, nem para as organizações, e muito menos para a população paulistana.

Deus abençoe a todos (Palmas).

O SR. VANDERLEY APARECIDO – Senhoras, senhores e Mesa. Em plena Copa do Mundo, tenho 11 pontos aqui para narrar ao nosso elenco.

O primeiro é agradecer este espaço de debate, de construção e de reconstrução.

O segundo ponto, venho por esses 32 anos de caminhada, seja na representação pelo Conselho de Assistência Social, pelo Conselho de Educação, como Coordenador do Fórum de Assistência Social, participante do Regime Especial de Atualização e Regularização Patrimonial, REARP, e hoje falo pelo Instituto Nacional de Defesa das Organizações da Sociedade Civil, INDOSC.

O terceiro, quarto e quinto pontos vão mexer num ponto crucial: finanças. Não dá para falar em política pública, fazer política pública sem dinheiro. Tomando essa premissa, gostaria de lembrar que um orçamento municipal que chega na casa de 2% a 3%, em que há uma demanda de 4% a 5%, é muito pouco. É toda hora enxugando gelo, passando o pires, deixando de fazer planejamento para tentar fazer a execução, até o final de um semestre ou de um ano. E não sabemos se vamos ter o pouco.

Pensar em finanças é pensar na 13ª parcela, que, nesta Casa, procuramos lutar muito, até próximo ao Natal, com o Presidente do orçamento naquela ocasião, o Vereador Ricardo Nunes, hoje Prefeito, quando estava quase garantida a 13ª parcela. Foi para o debate, nesta Casa, e do verbo "deverá" ficou "poderá" ter a 13ª, o que complicou. Esse "poderá" está

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 38 DE 47

até hoje. Quando se coloca o verbo "deverá", assume-se isso no orçamento municipal, e até hoje não temos.

Um sexto ponto é a preocupação que estamos tendo, em que os colegas, todos que falaram, sobretudo quando se fala em parceria, na verdade existe não parceria, há submissão. Vai-se para uma prestação de contas, é uma neurose. É humilhante, é verdade. E são pessoas que, muitas vezes, estão deslocadas. Não são contadores, mas pedagogos e assistentes sociais. É complicado e é a questão do respeito para conosco, enquanto sociedade civil.

Um sétimo ponto: precisamos buscar a nossa unidade enquanto sociedade civil.

- Manifestação fora do microfone

O SR. VANDERLEY APARECIDO – Três minutos? Só tenho mais um? Obrigado.

Sobre a nossa unidade enquanto sociedade civil, vou dar um testemunho, enquanto coordenador do Fórum de Assistência Social, em 2016, que o nosso companheiro estava lembrando que construímos esse decreto, fizemos uma construção forte e várias informações o Sr. Prefeito poderia ter pegado para o fechamento do decreto no final daquele dezembro de 2016. Trabalhamos muito, e isso não foi levado em consideração. Talvez, se levasse em consideração, seria menos sofrível como estamos.

Um oitavo ponto: que possamos rever esse Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, o MROSC, esse decreto, o quanto antes, para que esse sofrimento deixe de existir. Afinal, somos parceiros, e queremos ser entendidos dessa forma.

Uma outra preocupação que se precisa ter: já entrou, no dia 26 de maio, a atualização da NR-01, voltada à segurança no trabalho e saúde mental. Está complicado, e, se não houver verba para isso, vai complicar mais ainda as Organizações Sociais.

Um décimo ponto: implantação imediata do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, nesta cidade. Estava em 2004, em Brasília, quando São Paulo teve um papel importante na implantação do SUAS, no ano de 2005. E nós, no município de São Paulo, não temos o SUAS implantado como deveria.

Como último ponto: procurem-nos enquanto Instituto Nacional em Defesa das

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 39 DE 47

Organizações Sociais, INDOSC, e filiem-se. Vamos fomentar essa ideia de que juntos somos mais fortes.

Obrigado, boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Agora são só os encaminhamentos. Há uma proposta. Quem falará primeiro?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O Agnaldo tem uma proposta para fazer.

O SR. AGUINALDO LUIZ LIMA – Como encaminhamento, e pelo pouco tempo, há várias questões. Até faço um pedido para o nobre Vereador, à vista de uma experiência nacional que vem ocorrendo, que é uma Frente Parlamentar em Defesa das Organizações da Sociedade Civil. Isso tem sido relevante, e estou propondo aqui para o nobre Vereador criar uma Frente Parlamentar Municipal, em defesa das Organizações da Sociedade Civil, porque acho que aí criamos um espaço plural para dar continuidade a essas nossas discussões.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Agora, o Sr. Eduardo Brasileiro de Carvalho.

O SR. EDUARDO BRASILEIRO DE CARVALHO – Meus queridos e minhas queridas, muito obrigado pelo tempo de vocês. Diante das falas e no compromisso que vocês têm, não só com esse conjunto que compõe uma parte do que são as Organizações da Sociedade Civil na cidade de São Paulo, mas, sobretudo, por todos aqueles que são atendidos, acompanhados, educados, sejam crianças, adolescentes, idosos, pessoas em vulnerabilidade, há uma gama de pessoas que são trazidas nos ombros atrás de vocês.

E reconhecemos o quanto é o esforço de vocês, inclusive com um cenário de tanta instabilidade, virem aqui para insistirmos nesse debate que atravessa uma década, porque há vários militantes aqui que estão há décadas e décadas falando disso.

Eu, como educador social que era lá no Bom Parto, lá no Centro Social do Henry Ford, lá na Zona Leste de São Paulo, junto do Tchê, meu companheiro querido, e com o Viliba,

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 40 DE 47

vivíamos ouvindo falar do que era o MROSC, porque havia muita gente antes construindo esse caminho.

Agora, na Secretaria-Geral da Presidência, o Ministro Guilherme Boulos, quando assumimos essa missão, falou: "Vá trabalhar e escutar as organizações periféricas". E o que entendemos como organização periférica?

Essas organizações que estão aqui, à margem de um sistema sem privilégios, com dificuldades institucionais, financeiras e, sobretudo, com uma vontade tremenda de fazer política pública com os seus, construir outros cenários nessa cidade de São Paulo: cenários de emancipação, cenários que levem a sociedade a construir cidadãos e cidadãs que transformem a nossa realidade.

Então, a seriedade desse diálogo aqui se dá entre pessoas, desde o Professor Toninho Vespoli, que é Vereador, até nós que estamos no Poder Público nessa missão, e vocês; todos passaram por Organização da Sociedade Civil. Essa sensibilidade que temos aqui com o tema não é por uma determinação, é por um compromisso de vida que nós temos e por isso estamos aqui.

E então, como Secretaria-Geral da Presidência, queremos acompanhar, primeiro, essa rede de organizações. Esse grupo de WhatsApp é coordenado por nós e pelo mandato para que seja um espaço de informação e encaminhamento dessas discussões que são feitas. O Vereador Toninho Vespoli vai fazer uma proposta de encaminhamento. Nessa proposta que temos, o nosso interesse é possibilitar um diálogo formativo para as organizações presentes.

Então, na quarta-feira, inclusive, vamos fazer uma formação em elaboração de projetos para organizações que precisam entender como acessar recursos federais, o Transferegov.br, que é um grande desafio, um Transferegov.br analógico, como a Sra. Aldiza Soares da Silva nos informou.

Então, quarta-feira, nesse grupo, vamos passar essa informação. Criamos essa rede das OSCs para, justamente, dar espaço de informação e de escuta. Portanto, vamos continuar a fazer crescer esse espaço de diálogo.

Na quinta-feira que vem, faremos, com o Governo do Brasil na Rua, mais escuta de organizações lá na Zona Leste de São Paulo, ou quase aqui, na Zona Leste de São Paulo. Faremos na região de Itaquera, Ermelino Matarazzo, Guaianases, Itaim, no fundão da Leste, ainda não foi decidido o local e vamos informar vocês. Faremos na Zona Sul, na quinta-feira, em Campo Limpo, e na Zona Norte, na sexta-feira também.

Nesse sentido, haverá mais escutas para aumentarmos e engrossarmos esse espaço, porque todas sabem que precisamos de um conjunto de organizações cada vez mais integradas a nós para que possamos fazer pressão, para fazer a transformação e construir um cenário de diálogo com a Prefeitura da cidade de São Paulo, como o Professor Toninho Vespoli está propondo, para que possamos resolver esses desafios apontados em que a maioria também está de acordo.

Então, vamos ter essa agenda na semana que vem. Nós, na Secretaria-Geral, fizemos uma série de iniciativas este ano que queremos integrá-los.

Primeiro, no começo do ano, sabem que rondou um desafio da Reforma Tributária, impactando, de alguma forma, as Organizações da Sociedade Civil com tributação. O Confoco protagonizou a pressão junto ao Ministério da Fazenda e à Receita Federal, e conseguimos construir uma instrução normativa que dá isenção tributária para as organizações. Mas isso é uma instrução normativa, e, como foi falado aqui para a assistência, para o Governo Federal também é a mesma coisa: uma instrução não se sustenta.

Estamos trabalhando para aprovar o Projeto de Lei nº 26/2026, do Senador Flávio Arns, que lembra a nossa querida Zilda Arns, que vai trazer imunidade tributária para as organizações. Estamos nesse trabalho de incidência lá na Frente Parlamentar das Organizações, que é uma Frente Parlamentar Mista no Senado e no Congresso.

Estamos com o contato de uma rede de defensores públicos do estado de São Paulo, para que eles também possam oferecer assistência jurídica para as organizações. Vamos mandar lá, numa pequena devolutiva que faremos para vocês no WhatsApp desse grupo em que esperamos que vocês tenham entrado, para que tenham o contato das redes de defensores

públicos, que se dará pela Ouvidoria da Defensoria Pública.

Estamos trabalhando para que haja cada vez mais uma atualização do Mapa das OSCs. Não sei se vocês já viram, no IPEA há um Mapa das OSCs criado em 2016 ou 2017. Esse Mapa das OSCs foi por onde mandamos um disparo para mais 50 mil organizações. E é importante vocês verem, pois chegou por *e-mail*. Mas quem não recebeu esse *e-mail*, é interessante ir lá e ver como é que está o cadastro no Mapa das OSCs, para que sempre tenhamos esse diálogo institucional por esta via.

No final do ano, depois do período eleitoral, em novembro, faremos em Brasília o 4º Seminário Internacional das Organizações da Sociedade Civil. E esperamos que as discussões deste espaço de São Paulo, em 24 e 25 de novembro, consigam fazer uma convergência desse debate a nível nacional. É muito importante que também possamos engrossar esse caldo de discussão das organizações. E, pelo nosso grupo, faremos uma série de discussões sobre como podemos oferecer inscrições, para garantirmos, como Secretaria-Geral da Presidência, que vão organizações representando este município. Então vai ser deste espaço que estamos construindo de diálogo as representações aqui neste espaço.

E, com isso, fazemos um espaço de diálogo e de acompanhamento. Vai ser esse Conselho Nacional, o Sr. Aguinaldo pela sociedade civil, a Sra. Aldiza pelo Governo, para acompanharmos essa Frente Parlamentar e esse Grupo de Trabalho. Com essa rede que criamos de grupo de WhatsApp, queremos fazer reuniões da rede, que são trimestrais para acompanharmos o desenvolvimento dessas pautas que estão sendo debatidas.

E é claro que no estado de São Paulo há muitos outros: estivemos no Noroeste Paulista, em Campinas e em Santos, e sabemos que a realidade se multiplica nesses municípios com muita facilidade de repetição dos mesmos erros, da negação de participação.

Inclusive o município, pelo seu decreto, a Sra. Aldiza pesquisou, tem, por exemplo, a previsão no decreto do Procedimento de Manifestação de Interesse Social, PMIS. O PMIS é uma conquista do Marco Regulatório. Mas precisamos, agora, que o município possa nos responder onde está, para que a população possa fazer manifestação de fomento a iniciativas

de projetos de políticas públicas que não estão sendo executadas pelo município. Isso está no decreto da lei.

A nível federal nós funcionamos, em nossa diretoria, recebemos manifestações do Brasil inteiro de fomento a políticas públicas que não estão sendo feitas, mas no município precisamos saber qual é o *site*, qual é o *login*, onde a sociedade civil pode fazer a manifestação, e o Governo tem, pelo decreto da lei, até seis meses para responder a essa demanda. Isso é uma conquista de quem construiu o Marco Regulatório e que precisamos fazer valorizar, e vamos questionar, fazer esse diálogo com a Prefeitura da cidade de São Paulo.

Sabemos que as organizações precisam cada vez mais de espaços de formação, de diálogo. Estamos fazendo uma parceria com a UnB e vamos ter virtualmente uma plataforma de formação para as organizações no campo da gestão de parcerias, para que com essas boas práticas de gestão de parcerias possamos reverberar no município.

Temos um número de manuais MROSC, em número pequeno, para distribuímos. Vocês conseguem ter acesso a esse manual *on-line*, mas também, no grupo de WhatsApp, vamos pedir o endereço das organizações, porque também podemos mandá-lo a vocês, mesmo que em novembro faremos um manual em linguagem simples. Essa ideia de acesso à informação das políticas públicas é importante estar em linguagem simples e não no juridiquês, superar esse “juridiquês” das nossas leis, dos nossos processos que regimentam o acesso à participação social e às políticas públicas.

Então, agradeço, Sr. Professor Toninho Vespoli, pela oportunidade da Secretaria-Geral da Presidência, em nome do Presidente Lula, mas, sobretudo, do Ministro Guilherme Boulos, por podermos estar em diálogo com as organizações. E colocamos o nosso compromisso de caminharmos juntos, não só neste ano, pois neste ano temos muitos diálogos para fazer no próximo período, mas para construirmos um cenário melhor para as organizações, com bons editais, boas práticas de gestão de políticas públicas, e com as organizações executando políticas públicas com mais vida, com mais fortaleza.

Contem conosco e ficamos à disposição para, depois do diálogo, as demandas

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 44 DE 47

individuais e coletivas das organizações.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Eduardo, queria saber se o Evandro e a Bárbara querem se pronunciar e fazer a fala final.

A SRA. BÁRBARA PICIRILLI DE ARAÚJO – Boa noite. Em termos da Secretaria de Assistência, são pautas comuns e recorrentes da Secretaria. A gente já fez – aliás, a Secretária fez – reunião, inclusive com FAS oficial, para tratar de todas essas demandas. Então, estamos tentando levantar todas as resoluções possíveis para as demandas de reajuste, para as demandas de reforma da IENE.

Recentemente, também fizemos um grupo. Foi publicado um grupo de trabalho para aperfeiçoamento e revisão dos instrumentos de gestão de parceria, tanto em termos de indicadores como de instrumentais da gestão de parceria com as organizações.

E gostaria também de fazer uma sugestão, se é que é possível: talvez seria interessante para a Casa, para o grupo, convidar o TCM também para participar das reuniões, das audiências com vocês, considerando que o TCM tem uma gama muito grande de estudos das parcerias, tanto da assistência quanto da educação. Enfim, talvez fosse interessante.

Acho que é isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Bárbara. Evandro, quer se despedir?

O SR. EVANDRO NONATO VERDE DE SOUZA – Boa noite. Quero agradecer a oportunidade, parabenizar a participação da sociedade civil organizada e reafirmar o compromisso da gestão Ricardo Nunes e do Dr. Paulo Frange, Secretário da Casa Civil, com toda a rede de organização. É isso. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Evandro. Pessoal, às pessoas que vieram até aqui e não pegaram o manual porque acabou: no grupo, se as pessoas colocarem o endereço da entidade, o pessoal está se comprometendo a mandar por correio para vocês.

Farei um encaminhamento. Quero falar para o Aguinaldo que achei magnífico a gente pensar numa Frente Parlamentar em Defesa das OSCs. Com certeza, até segunda-feira a gente vai protocolar essa frente com esse projeto. Vamos, inclusive, chamar outros Vereadores e Vereadoras de partidos diferentes, porque a luta da assistência é plural e é de toda a Casa. Essa que vai ser a ideia.

Há também esse compromisso da apresentação. Uma outra coisa que nos comprometemos na primeira reunião que fizemos, quando o Eduardo falou: a gente se comprometeu de fazer uma formação em uma cartilha, para as pessoas terem acesso aos certificados. Então, já estamos elaborando isso. Muito provavelmente, ao final de agosto, no máximo, vai acontecer essa formação e o lançamento dessa cartilha.

Vai ser o jurídico do nosso mandato que vai dar essa formação a quem quiser. E essa inscrição vai acontecer também lá no grupo de WhatsApp. Vou mandar um formulário. Quem quiser se inscreva. Por lá vai saber o dia e o horário dessa formação.

E o último encaminhamento: quero também agradecer bastante a Bárbara e o Evandro, que representam o Executivo, que estão nessa discussão com a gente. E a Aldiza e o Eduardo. Acredito que, se a gente quiser avançar, vamos ter que trabalhar em rede com todos os entes federados. Acho que cada um tem o seu limite, a Câmara Municipal também tem seu limite, bem como vocês, enquanto OSCs.

Mas acho que todo mundo junto consegue chegar em alguns denominadores comuns para que a gente consiga avançar. O intuito aqui é avançar. E, nesse sentido, a gente teve uma experiência muito boa. Mais uma experiência muito boa do nosso mandato e da Luiza Erundina foi quando fomos discutir os CECCOs na cidade de São Paulo. Entramos em contato com a Secretaria Municipal de Saúde e fizemos um grupo de trabalho e a gente conseguiu avançar bastante. É claro que houve limitações, claro que houve divergências, mas a gente conseguiu – o Governo Municipal e a sociedade civil também – avançar bastante na discussão da política pública.

Então, a gente poderia, já com o intuito, em relação ao decreto, que já tem 10 anos,

de atualizá-lo para melhorar. A gente podia pensar ali no grupo de WhatsApp, porque grupo de trabalho não adianta participar 50 pessoas, porque, se não, não vai sair grupo de trabalho nenhum.

Mas é preciso a gente pensar naquele grupo de WhatsApp, um número com condição de realmente fazer o debate aprofundado e a gente conseguir avançar em uma proposta de decreto. E, assim, quero convidar a Secretaria de Assistência para estar com esse grupo de debate, e convidar também o Ministério da Secretaria para estar nesse grupo de debate para a gente poder avançar.

Acho que o intuito é este: conseguir montar um grupo de trabalho. Inclusive, o grupo de trabalho que fizemos na saúde, todos os membros foram publicados no *Diário Oficial da Cidade*, porque era um grupo que acabou saindo como um grupo oficial da própria Secretaria. A gente não é. Acho que tem que avançar e acho que há disposição, imagino, tanto do Ministério e, tenho certeza, da Secretaria de Assistência Social.

Então, a ideia é a gente pensar nos nomes e depois, de repente, conversar com a própria Bárbara e a Secretaria de Gestão, que não pôde estar aqui hoje, a gente fazer um diálogo com eles, ver essa possibilidade de a gente pensar nesse grupo de trabalho, para a gente conseguir almejar o que a gente tanto quer.

O Ricardo está pedindo um tempinho, mais um tempinho de um minuto.

O SR. RICARDO DE LIMA – O Comas está em um grupo de trabalho, estudando o orçamento. Então a gente, enquanto conselho, com algumas entidades, com algumas representações, estamos debruçados nos 1.300 termos, planilhas, referenciais de despesas de cada organização.

Então, a gente vai chegar a um número exato. Em agosto, a gente vai fazer uma audiência pública para apresentar o resultado desse trabalho em conjunto com o Conselho Municipal da Assistência Social e com as entidades que participaram, pois é de muita pertinência e importância, porque a gente vai entender o tamanho do buraco no qual a cidade de São Paulo e a política de assistência social está entrando.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 50

REUNIÃO: 21862 DATA: 16/06/2026 FL: 47 DE 47

Então, é até importante que a Secretaria da Presidência acompanhe, fique atenta, que a gente, com certeza, vai pedir para que o conselho estenda esse convite para todos os Vereadores. E seria importante a Secretaria da Presidência estar conosco na audiência.

A SRA. ALDIZA SOARES DA SILVA – Vereador, se me permite quebrar um pouquinho o protocolo da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Claro.

A SRA. ALDIZA SOARES DA SILVA Gostaríamos, enquanto Secretaria Geral da Presidência, de deixar uma semente do Conselho de Fomento e Colaboração. E a gente tem um pin do Conselho Nacional. A gente queria deixar essa semente aqui e, como nós só temos um, a gente tem o desafio de distribuir.

Se me permite saber a data e o mês de seu aniversário, sem falar o ano.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Quinze de outubro.

A SRA. ALDIZA SOARES DA SILVA – Quinze de outubro quem faz aniversário aqui no dia 15 de outubro? Quem faz aniversário em outubro? Quais são as Datas? 18, 6 lá atrás.

Então, 14 ganhou, Vereador. Pode vir pegar o pin. Vereador, se o senhor puder entregar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Faço questão que você entregue.

O SR. EDUARDO BRASILEIRO DE CARVALHO – A Aldiza está entregando o pin que representa o Confoco a nível nacional. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então, não havendo mais nada a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite a todos e todas.